



A DIREITA BRASILEIRA E AS MANIFESTAÇÕES DE 2013

A DIREITA BRASILEIRA E AS MANIFESTAÇÕES DE 2013

Maria de Fátima Siliansky de Andreazzi

Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Uerj (2002). Especialista em Saúde Internacional pela Organização Panamericana de Saúde – OPS (1991). Professora Associada da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, atuando na graduação e pós-graduação de Saúde Coletiva e Serviço Social. Foi consultora da OPS no Peru, apoiando projeto de desenvolvimento institucional do Ministério da Saúde. Tem experiência na área de Saúde Coletiva e Economia Política, atuando principalmente nos seguintes temas: reforma do Estado, privatização, participação democrática, controle social, movimentos sociais, militarização da vida social. Membro da Frente Nacional contra a Privatização da Saúde, atua em projetos de assessoria popular. Presidente do Centro Brasileiro de Solidariedade aos Povos desde 2019 desenvolvendo campanhas de defesa dos direitos democráticos do povo e solidariedade aos lutadores sociais. Colaboradora do jornal *A Nova Democracia*.

RESUMO

O artigo propõe enfrentar a opinião de que a eleição de Bolsonaro, representando a ascensão de uma nova direita, é fruto direto das condições criadas em 2013. A pergunta é: a direita e a extrema-direita brasileira reivindicam esses protestos? O trabalho buscou as opiniões de representantes da extrema-direita e direita civis e militares a partir do momento mesmo das manifestações. Buscou, ainda, aferir as respostas governamentais às demandas apresentadas e a quem se dirigiu o aparato repressivo. Nenhum segmento das direitas se identificou com as pautas apresentadas: o movimento era de viés comunista ou teria um sério perigo de ser orientado por organizações de extrema esquerda. Os manifestantes eram coniventes com a violência, o que justificava a dispersão dos atos e a posterior criminalização de organizações de esquerda. Por fim, levanta preocupações sobre o direito de manifestação ao persistirem e aprofundarem questões que estavam na gênese de 2013.

PALAVRAS-CHAVE: manifestações de 2013; protestos; extrema-direita.

ABSTRACT

The article proposes to face the opinion that Bolsonaro's election, representing the rise of a new right, is a direct result of the conditions created in 2013. The question is: does the Brazilian right and extreme right claim these protests as theirs? The work sought the opinions of representatives of the extreme right and civil and military right from the very moment of the demonstrations. It also sought to assess the government's responses to the demands presented and to whom the repressive apparatus was addressed to. No segment of the right identified itself with the presented agendas: the movement had a communist bias or was in serious danger of being guided by extreme left organizations. The protesters were colluding with the violence, which justified the dispersion of the acts and the subsequent criminalization of left-wing organizations. Finally, it raises concerns about the right to demonstrate as the issues that were at the origin of 2013 persist.

KEYWORDS: 2013 demonstrations; protests; far right.

O clima era diferente do que se via nas manifestações de junho de 2013, dominadas por jovens e embates com a polícia. Nesse 15 de março, turmas tiravam selfies com a Tropa de Choque e policiais atraíam admiradores¹

Tem sido um argumento recorrente de que a eleição de Bolsonaro, representando a ascensão e o fortalecimento de uma nova direita do Brasil, é fruto direto das condições que se criaram a partir das manifestações de 2013. No limite dessa posição, expoentes do campo político e acadêmico do lulopetismo argumentam que as manifestações de 2013 foram o “ovo da serpente” de um processo de avanço conservador que culminaria com a deposição da presidenta Dilma (SOUZA, 2016). Lula diz que, além de estar entre os principais responsáveis pela disseminação do ódio no país e o impeachment de Dilma Roussef, acredita que os Estados Unidos podem ter sido responsáveis por promover os movimentos de junho (ROCHA, 2019). Haddad teria uma análise mais detalhada, pois, embora afirme que 2013 tenha sido principalmente um movimento de classe média, o “estopim do impeachment”, também trouxe à tona certa esquerda antiestatal, neanarquista charmosa, que mantém distância dos governos e das instâncias de representação política em geral. Os protestos nessas circunstâncias ocorrem de forma inteiramente nova. Sem vínculos partidários nem pretensões eleitorais, com base em uma agenda bastante específica e de difícil contestação, esses movimentos começaram a fazer sucesso mundo afora. E eles foram bastante críticos em relação à política e às formas tradicionais de negociação, que viriam inspirar os movimentos mais contemporâneos que se desenvolveram no Brasil, dentre os quais o MPL (HADDAD, 2017). Para ele, não seriam, entretanto, esses movimentos de esquerda autonomista os principais protagonistas 2013, e sim as classes médias

¹ Mesquita, Lígia; Mello, Patrícia C.; Oliveira, Roberto de; Do Grajaú ao Morumbi, dos Jardins a Ermelino Matarazzo crianças, casais e avós transformam o protesto paulistano em ato heterogêneo. Folha de SP de 16/3/2016.

contra um governo que reduzia desigualdades sociais e democratizava o acesso a bens de consumo e serviços como o ensino universitário. Portanto, aqueles movimentos que poderiam representar uma nova esquerda serviram para fazer o jogo da direita. O ano de 2013, portanto, a partir de uma fase inicial, confusa, de múltiplas demandas e espectros políticos de participação, foi, no fundamental, um espaço de rearticulação de grupos de direita, tendo por trás movimentos internacionais organizados com expressão em redes sociais.

Claramente, tais análises encobrem, com base na percepção do que seja oportuno politicamente a esse grupo político, a objetividade dos fatos, pois a despeito da quase ausência de cartazes, palavras de ordem ou movimentos organizados que cobrassem a destituição da presidenta Dilma, o movimento em si colocou em xeque a representatividade de todas as instituições: governo, Parlamento, Judiciário, Polícia, partidos políticos, representações sindicais e sua capacidade de expressar e liderar anseios democráticos da população. À frente de muitas dessas instituições estava o PT e outros partidos da esquerda institucional desde o fim do regime militar. Colabora pouco, portanto, para o entendimento de um processo tão complexo como o ciclo de manifestações que tem o auge em junho de 2013, mas se estende até 2014, estabelecer uma linearidade entre o acontecimento e os eventos que os sucederam.

O artigo pretende tomar um aspecto deste debate, bastante significativo tanto na literatura acadêmica quanto jornalística, que pode contribuir para a identificação do sentido das jornadas de junho de 2013. A pergunta a ser feita é: o que pensou a direita brasileira nos seus espectros extremistas ou liberais sobre as manifestações? Para isso foi realizada pesquisa em documentos públicos visando identificar os posicionamentos das principais organizações e personalidades da extrema-direita e direita liberal. Como complemento, se apresentaram os principais retornos dos governos em relação às demandas apresentadas e, por fim, a quem se dirigiu as perseguições e os protestos relacionados às manifestações.

O ciclo de manifestações em 2013 e 2014

Há um razoável consenso em torno das manifestações de 2013, seu caráter nacional, basicamente urbano, concentrado no mês de junho, que inicia como protestos contra o aumento dos preços de passagem de transportes públicos organizados por movimentos considerados de esquerda, como o Movimento Passe Livre (GOHN, 2016) que se ampliam em função da brutal repressão policial que, ao atingir jornalistas, faz com que estes se tornem agentes difusores de denúncias que causam intensa indignação popular. Nas manifestações mais expressivas como a do milhão no Rio de Janeiro (20/6/2013), múltiplas demandas eram apresentadas referentes a precariedade de serviços públicos (“Saúde padrão FIFA”) amplificadas na comparação com os exorbitantes gastos com obras para eventos esportivos mundiais envolvidos em suspeitas de corrupção (ROMÃO, 2013; ANTUNES, 2013). Quanto ao perfil dos manifestantes, analisa Antunes e Braga (2014, p.44): “Se, no início, havia um predomínio da juventude estudantil, ela desde logo se mesclou aos assalariados médios urbanos e já há vários dias atingiu profundamente as periferias.”

Em alguns casos, como o do Rio de Janeiro, já menos abordados na literatura, o ciclo de protestos se estende até 2014 de forma mais articulada em sua organização com a formação da Frente Independente Popular e do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas e do Fórum de Lutas contra o aumento das passagens tendo a questão do transporte público, ainda, uma motivação fundamental, mas incluindo outras pautas como os movimentos contra a Copa da FIFA, protestos contra a privatização da Petrobras, greves de professores da rede pública e de garis, com ocupações de espaços públicos (Ocupa Câmara). O próprio movimento de ocupação de escolas de ensino médio em São Paulo tem também sido considerado um desdobramento do ciclo de protestos de 2013. Em todas essas lutas o repertório de mobilização expresso em 2013, movimentos de rua, horizontalidade, ocupações de prédios públicos, fez-se presente.

Muitas lideranças políticas expressivas entenderam que junho de 2013 foi um evento inesperado (DOMINGOS, 2013). Mas a análise detida dos movimentos sociais no Brasil nos anos 2000 já mostra fissuras importantes na aparente pax da era Lula/Dilma, sob a forma de críticas ao modelo econômico afetado pelo rentismo e a desindustrialização, a crescente polaridade social a despeito de políticas de aumento de salário mínimo, que foi contrabalançado pelo aumento do desemprego, da precariedade do trabalho e a redução do programa de reforma agrária (SAMPAIO JR, 2013). Reformas democratizantes como a política e a tributária não avançaram e as políticas públicas tendiam à crescente mercantilização e privatização, aumentando gastos das famílias, inclusive de trabalhadores de rendas mais baixas, com itens como planos de saúde e escolas privadas. A hegemonia do campo lulopetista no campo da representação de categorias de trabalhadores e outros movimentos populares estava crescentemente questionada por práticas de corporativização e abafamento dos anseios reivindicativos dos trabalhadores:

Vale notar que 2013 não foi um raio num céu estrelado de lutas sociais pacíficas e movimentos sociais atrelados ao Estado, com a resultante perda da autonomia e independência. Como exemplo, as lutas dos trabalhadores das grandes obras do Plano de Aceleração do Crescimento/PAC, caracterizadas por greves e rebeliões, como ocorreu em Jirau, Santo Antônio e Belo Monte (2011) foram organizadas por fora e à revelia das direções sindicais que não tomaram seriamente o enfrentamento num empreendimento importante para o governo Lula, do mesmo campo político desses dirigentes. No campo, seguem fortemente atuantes organizações que saem do Movimento dos Sem Terra/MST por discordar da política de acampamentos negociados com o governo com longas esperas em beiras de estrada e passam a defender e aplicar a ocupação com divisão autônoma da terra e produção...O próprio movimento pelo passe livre desenvolve rebeliões

urbanas anteriormente, como foram os casos de Salvador (2003) e Florianópolis (2004) (Zibechi, 2013). Características dessas lutas e movimentos são a independência em relação ao estado e seus aparelhos políticos, o questionamento à democracia formal que inclui o direito a resistência e a rebelião diante das injustiças. (ANDREAZZI, 2015, pp 71-72)

Com a intensificação das estratégias de controle militarizado de populações faveladas e periféricas com o pretexto da guerra as drogas, em que se tornam permanentes incursões armadas policiais com alta letalidade, incluindo moradores, desrespeito generalizado aos direitos civis dessas populações e chacinas, se tornaram frequentes nos anos prévios a 2013 mobilizações e protestos contra a violência policial que incluíam cortes de avenidas e outras táticas, repertório não empregado pelos movimentos sociais institucionalizados. Há uma crescente revolta contra essa corporação por parte, principalmente, de uma juventude, na maioria, preta, diuturnamente assediada.

Esses elementos prévios, inseridos num contexto internacional, desde os anos de 2010, de grandes mobilizações com modificações em seus métodos de luta (Seattle; Occupy, EUA; Turquia, primaveras árabes) têm um potencial explicativo das novidades trazidas por 2013 no campo das lutas sociais no Brasil desde o fim do regime militar. Segundo Therborn (2014), uma nova onda contestatória ocorria nos anos 2010 contra os efeitos das políticas liberais implantadas nas décadas anteriores, não sendo formada principalmente por trabalhadores formais organizados em sindicatos, mas por populações nativas e camponesas atingidas em seus modos de vida tradicional por grandes negócios do imperialismo, fontes de insurgências, e por populações urbanas sem vínculos de trabalho que vivem em favelas nos países dominados e pela pequena burguesia, também afetadas pelo ajuste fiscal e desemprego.

Um conjunto de insatisfações populares que não encontrou representação nas formas hegemônicas de canalização tradicionalmente organizadas pela esquerda oficial desde os anos 1980, pois estas faziam parte da pax lulopetista enquadrada nos estreitos limites das possibilidades de atendimento a interesses populares que a conciliação com as classes dominantes brasileiras permitia, encontrou na direita em seus espectros extremistas ou não, a liderança que os impulsionasse a participar em massa de protestos? Ou seja, 2013 foi um movimento de direita?

O que a direita fala sobre as manifestações de 2013 e 2014

A direita política tem sido associada à defesa do liberalismo em suas versões mais tradicionais sem a agregação de elementos de política social para compensar os efeitos deletérios da exploração e desigualdades de modo a conjurar ataques a ordem estabelecida:

O crescimento das ideias reformistas da social-democracia em finais do século XIX e a Revolução Russa de 1917 marcam a delimitação dos interesses burgueses no campo ideológico da direita e dos trabalhadores no campo da esquerda. (SILVA et al, 2014, p. 411)

Enquanto a direita se situa no campo da democracia representativa tradicional, para a extrema direita faz-se necessário uma imposição violenta da ordem, soluções autoritárias e, inclusive de caráter fascista. Ameaças à ordem, entretanto, podem fazer com que o apelo a soluções fora da democracia representativa emane da direita tradicional: o golpe militar de 1964, por exemplo; assim como para a extrema direita a atuação dentro das instituições representativas democráticas não seja descartada (D'ALIMONTE, 1988). Há um elemento no fascismo que pode ser caracterizado como próprio que é seu caráter de massas, sua perspectiva de organização e controle das classes sociais subalternas. Gramsci (2019, p. 253), que analisou o fascismo histórico na sua contemporaneidade, inclusive na sua estratégia de criação de organizações de

massa, como sindicatos controlados pelo Estado, em contraposição à organização classista dos trabalhadores, afirma:

o fascismo, como movimento de reacção armada que se propõe o objetivo de **desagregar e de desorganizar a classe trabalhadora para a imobilizar**, enquadra-se no plano da política tradicional das classes dirigentes italianas e na luta do capitalismo contra a classe operária...

Mesmo assumindo essa caracterização dos autores citados nos parágrafos anteriores, se reconhece a complexidade das definições sobre extrema-direita e fascismo, por exemplo, principalmente levando em conta as experiências históricas de regimes fascistas, sobretudo na Europa, questão que deva ser mais bem investigada, sobretudo pelos desafios do nosso tempo.

Aqui é mister assinalar que extrema-direita e direita convergem na defesa da propriedade privada dos meios de produção e na compressão dos direitos trabalhistas. Por isso, no fim das contas, as contradições entre uma e outra devem ser classificadas como contradições interburguesas, passíveis, portanto, de composição, ao contrário da contradição burguesia x proletariado, que é por sua natureza irreconciliável.

a) A extrema-direita.

Mais expressivo do que organizações que se aproximaram da extrema-direita, protagonistas importantes das manifestações de 2015 pelo impeachment de Dilma, como o Movimento Brasil Livre e o movimento Vem para a Rua, é Olavo de Carvalho, formador e referência ideológica desses movimentos (SILVA et al., 2014), especialmente por meio de curso veiculado pela internet ao qual assistiram muitos personagens importantes desse período após 2015 e que fizeram parte do governo Bolsonaro.

Para Olavo de Carvalho, no sabor dos acontecimentos (20 de junho de 2013), o que estaria por trás das mobilizações seria o comunismo como ideologia

e como movimentos organizados.² Segundo Carvalho, focar nas reivindicações nominais apresentadas por movimentos que convocaram as manifestações, o aumento das passagens, e outras agregadas, não tem nenhuma importância explicativa, são aquilo que denomina de aparência. Na verdade, as manifestações, aparte de insatisfações difusas das massas, somente se viabilizaram **pela ação ordenada da esquerda, é a militância esquerdista que inicia as manifestações.**

Carvalho reconhece a existência de uma esquerda moderada, o PT, e uma esquerda mais radical por ele nominada como PSOL e PSTU, mas, mesmo essa heterogeneidade para ele não é o fator principal, pois formariam parte de uma estratégia maior, criada pelo foro de São Paulo.³ Essa estratégia passaria por uma fase de transição para o comunismo, em que os instrumentos da democracia liberal seriam utilizados, incluindo a ocupação do aparelho de Estado, e uma fase de ruptura em que o Estado liberal seria substituído pelo Estado comunista. Os sujeitos relevantes para a primeira fase não o seriam para a segunda e aí ele cita a experiência da revolução soviética em que houve uma primeira ruptura de caráter democrático cujo principal sujeito foi Kerenski e seu partido moderado, que depois foi substituído pelos bolcheviques, num processo de implantação do comunismo.

Tal estratégia, de forma resumida, seria:

- a) Substituir os agentes da transição por agentes da ruptura, estes decididos a ações mais drásticas. Haveria uma troca de lideranças com surgimento e/ou consolidação de novos partidos de esquerda.
- b) Espalhar o caos com o objetivo de tomar mais medidas de força. Nesse caso, em que o sujeito da ruptura poderia ser o da transição, o aumento de

² As manifestações de junho de 2013. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=WDHbbX5g9M4 Em 28 jun 2013 Acesso em: 20 mai 2023.

³ Organização que reúne partidos políticos e organizações de esquerda, criada em 1990.

poder do governo existente seria o objetivo central a ser justificado para o controle do caos.

- c) Incitar as forças antagônicas a saírem a luz para mapeá-las, testá-las e fichá-las.
- d) Numa fase mais radicalizada do processo, os movimentos de protesto adquiririam estrutura de governo autônoma, paralela e, ao final, substitutiva, como foram os soviets na Rússia.

Carvalho assinala que, na situação posta em 2013, o que se viabilizaram foram as alternativas b e c, ou seja, ela engendrou uma maior centralização do governo federal, a criação de novas medidas de restrição das liberdades democráticas e o foco do aparelho de vigilância do Estado sobre as novas forças políticas que se apresentaram.

Quanto à possibilidade dos protestos serem dirigidos pela extrema-direita e as demandas se transformarem naquelas da extrema-direita, Carvalho não viu espaço político para tal no bojo das manifestações de junho de 2013, inclusive, para ele se tornar de ideólogo dessas posições políticas à liderança das manifestações. Pois reconhecendo a existência de explosões espontâneas e movimentos organizados, viu que espaço havia para o crescimento de movimentos organizados de extrema-direita numa fase posterior. Segundo ele, para isso se viabilizar, haveria que ter mais tempo e muito dinheiro para organizar um movimento que liderasse esse projeto.

O principal sentido do levante de 2013, para ele, foi a existência de um comando alinhado a posições dos agentes da transição (o governo petista) fomentando que as manifestações cessassem e aumentou seu aparato repressivo com a desculpa de controlar massas de direita.

Um pouco depois dessa exposição mais organizada de suas ideias, Olavo de Carvalho, em 8/9/2013 (ALMEIDA, 2013), reitera o argumento de que as manifestações de 2013 começaram como uma tentativa de golpe, atizadas pelo Foro de SP e o governo federal, para dar uma atualização no sistema de

dominação significando o aprofundamento da fase de transição para a de implantação do socialismo. Isso incluiu o uso de gente treinada em guerrilha urbana para impor o terror e o medo e lançar a culpa na direita.

Já em novembro de 2014,⁴ Carvalho avalia que:

O controle monopolístico das manifestações populares passou da esquerda para a direita. É uma direita que NÃO tem partido político nem representação no parlamento, mas que já tem nas mãos um poder formidável.

Entretanto, para ele, esse sentido de direita que teria tomado as manifestações populares que, pela data da sua postagem nas redes sociais⁵ estaria se referindo principalmente a 2015, não teria encontrado lideranças a altura, ainda seriam **manifestações espontâneas**:

Se, como eu disse, a unidade de um movimento está na sua estratégia comum, e se esta surge do diálogo prévio entre as lideranças, ela não existe pela simples razão de que as lideranças também não existem. De fato, é ridículo imaginar que a massa foi às ruas em obediência ao chamado de algum Kim Kataguiri ou Fabio Ostermann. Ela foi por iniciativa própria, e, daqueles que subiram ao palanque, a mídia – inimiga visceral do movimento – escolheu os mais folclóricos, bobões e ridicularizáveis, chamando-os de líderes. Que unidade pode ter um movimento cujos líderes, sem nenhuma aprovação da massa, são nomeados ex post facto pelos seus inimigos?... Há tempos venho dizendo que, em março de 2015, a massa estava preparada e consciente, mas não encontrou líderes à altura do momento histórico. Precisava de revolucionários, encontrou candidatos à Câmara Municipal. Não estranha que alguns desses

⁴ Olavo de Carvalho. Facebook de 21/11/2014.

⁵ Olavo de Carvalho. Facebook de 13/1/2016.

caíssem, em seguida, no engodo da Marcha para Brasília, da bicudagem e da exumação dos cadáveres políticos dos srs. FHC, Miguel Reale Jr. e tutti quanti, passando a lutar pela salvação da classe política em vez da destruição do "estamento burocrático" que a massa (sem usar o termo, é claro) exigia. No Brasil inteiro, gostem ou não, só uma pessoa encarna, e mesmo assim aproximativamente, o espírito dos protestos populares de 2015: o sr. Jair Bolsonaro. Justamente por isso tantos "líderes" biônicos, agora comprometidos com uma causa oposta à dos protestos de massa, tentam removê-lo do caminho e impingir ao povo, em lugar dele, os FHCs e similares -- aqueles mesmos que aplanaram o caminho para o advento do império comunolárpio, e que, não por coincidência, este escolheu como seus únicos adversários aceitáveis.

b) A direita:

Pode se identificar como de direita a posição da imprensa monopolista, na qual figura com destaque as Organizações Globo, porta-voz de interesses do grande capital nacional e internacional. E, entre os jornalistas mais atuantes na época que analisaram junho de 2013, está Reinaldo de Azevedo, colunista da *Folha de São Paulo*.

Devemos fixar Reinaldo Azevedo na extrema-direita nesse período. Seu alinhamento à centro-direita é recente, derivado da sua ruptura aberta com a revista *Veja* e a Lava-Jato após 2016.

As Organizações Globo, por meio de seus diversos veículos de comunicação, no momento inicial dos protestos de 2013, quando era principalmente focado no aumento do preço das passagens, o criminaliza de forma taxativa, apodando os manifestantes de arruaceiros e defendendo que as manifestações sejam reprimidas "com rigor" - posição expressa, por exemplo, por Arnaldo Jabor. Também editoriais dos jornais *Folha de São Paulo* e *Estado de*

São Paulo do dia 13 de junho apelam para a repressão aos protestos (ANTUNES, 2018).

Quando as manifestações se tornaram expressivas numericamente, passam a defendê-las e procurar orientá-las em suas pautas, centrando na questão da corrupção como motivo de todas as insuficiências apontadas nos serviços públicos pelos manifestantes. Isso é bastante coerente com a sua orientação econômica liberal atuando preventivamente a se formar uma opinião pública e ações governamentais aos problemas que passem pela ampliação dos gastos públicos e dos serviços do Estado. Além disso, passam a fazer uma diferenciação entre manifestantes pacíficos e não pacíficos, justificando a repressão sobre os últimos:

Quando é pacífica, a manifestação ocorre sem grandes problemas. Na maior parte das vezes, porém, há desobediências e provocações, o que acarreta a reação, legítima, da polícia, protegendo...o direito à propriedade privada e a integridade do patrimônio coletivo das cidades... A violência mais salientada nos textos e comentários, porém, é a violência dos manifestantes contra a sociedade. Ambas as coberturas (*Jornal Nacional* e *Repórter Brasil*) naturalizam o rechaço ao vandalismo enquanto prática condenável e antidemocrática. (BORGES, 2015, p. 158 159)

A caracterização do sentido das manifestações, ao menos na fase inicial, pode também ser percebida no Editorial da *Folha de São Paulo* de 13 de junho de 2013:

Sua reivindicação de reverter o aumento da tarifa de ônibus e metrô de R\$ 3 para R\$ 3,20 – abaixo da inflação, é útil assinalar – não passa de pretexto, e dos mais vis. São jovens predispostos à violência por uma ideologia pseudorrevolucionária, que buscam tirar proveito da compreensível irritação geral com o preço pago para viajar

em ônibus e trens superlotados... Os poucos manifestantes que parecem ter algo na cabeça além de capuzes justificam a violência como reação à suposta brutalidade da polícia, que acusam de reprimir o direito constitucional de manifestação. Demonstram, com isso, a ignorância de um preceito básico do convívio democrático: cabe ao poder público impor regras e limites ao exercício de direitos por grupos e pessoas quando há conflito entre prerrogativas. É hora de pôr um ponto final nisso. No que toca ao vandalismo, só há um meio de combatê-lo: a força da lei. Cumpre investigar, identificar e processar os responsáveis. Como em toda forma de criminalidade, aqui também a impunidade é o maior incentivo à reincidência.⁶

Reynaldo de Azevedo é mais enfático no apelo a repressão sobre os manifestantes, o que embota qualquer alusão positiva à incursão de grandes massas na arena política com as grandes manifestações. Chama-os de Fascistas mascarados e defende a aplicação da Lei de Segurança Nacional contra os manifestantes, identificados como de extrema-esquerda (AZEVEDO, 2013; 2020).

Para a direita, portanto, a despeito de procurar influenciar nas manifestações, pois identificava um grande contingente de massas sem orientação política definida a serem disputadas para uma posição liberal, em que a corrupção era a responsável pelas insuficiências dos serviços públicos, foi a extrema-esquerda a iniciadora dos protestos e não sua idealizadora, e os mesmos estavam em disputa e não claramente associados a pautas de direita. E se fazia necessário isolar a esquerda, neutralizar qualquer influência que pudesse ter entre os manifestantes.

⁶ FOLHA DE S.PAULO. 2023, “Retomar a Paulista”, EDITORIAL. Disponível em: <https://avaranda.blogspot.com/2013/06/retomar-paulista-editorial-folha-de-sp.html>. Acesso em: 31 maio 2023.

c) Os militares.

Situados entre a direita e a extrema-direita, faz-se também importante entender a compreensão que os militares apresentam sobre esse momento, pelo papel que sempre se autoestabeleceram como guardiães da ordem (SODRÉ, 1987) e que a própria Constituição de 1988 manteve e a intervenção mais visível que voltaram a ter nos anos vindouros na política nacional. Um dos veículos públicos dos debates e posicionamentos dessa corporação é o site www.defesanet.com.

Woloszyn, em junho de 2013, dizia que, embora a maioria dos manifestantes era pacífica, seu maior problema era a infiltração de grupos anarquistas:

São, grosso modo, ações típicas de uma situação de rebelião, tecnicamente a primeira fase de uma guerra civil. A continuidade das ações de violência pode evoluir para uma segunda etapa, a da insurgência, mais difícil de ser controlada e daí para a beligerância, algo bem mais distante de ocorrer na atual conjuntura... Há indícios de que tenha se iniciado com a participação de estudantes de centros universitários simpatizantes da extrema esquerda, especialistas em incitar as massas, com o objetivo de derrubar o governo da presidenta Dilma Rousseff.

Segue Fregapani (2013) na mesma linha, porém destacando sua decepção com uma multidão pacífica que resvalava na objetividade quanto ao que fazer com a corrupção e incluía pautas que indicavam a sua ignorância, como a luta pelo meio ambiente saudável:

As manifestações que estamos presenciando teriam sido montadas e organizadas nos centros acadêmicos controlados por movimentos ideológicos de extrema esquerda, principalmente nos diretórios das Faculdades de Filosofia. Na orientação esquerdista certamente providenciaram para que não fosse uma manifestação

totalmente pacífica... O movimento tomou vulto surpreendente por causa da insatisfação geral e essa insatisfação fez com que as reivindicações fugissem do controle de seus organizadores. Os partidos políticos têm sido rejeitados, principalmente os esquerdistas radicais que pretendiam conduzi-lo em favor de seus ideais e aparece uma possibilidade de forçar a solução de alguns dos problemas nacionais. **Entretanto, os grandes problemas nacionais só foram citados de forma difusa, até por ignorância dos manifestantes e certamente não serão tratados prioritariamente fala-se muito contra a corrupção, mas sem objetividade. Quase não se toca na perigosa questão indígena e às vezes defende-se romanticamente posições prejudiciais ao País como a defesa exagerada do meio ambiente...** A extrema esquerda soube sempre espalhar ódio entre diferentes grupos e jogar uns contra os outros. **Desta vez conseguiu mobilizar contra a ordem vigente uma sociedade indignada**, mas sem saber direito para onde apontar suas armas. Cansada da política, dos partidos, do Congresso, dos abusos do poder, as pessoas saem às ruas com a sensação de que é preciso “fazer algo”, mas não sabem ao certo o que ou como fazer. **Apesar dos esquerdistas, até agora, terem falhado em conduzir o movimento para os ideais deles, pode ser que ainda consigam, por serem os únicos organizados.**

Em 2 de setembro de 2013, às vésperas das comemorações de 7 de setembro quando se anunciavam protestos, o site DefesaNet entrevistou o Cel R1 Eugênio Moretzsohn, especialista em Inteligência e Segurança, sobre o provável perfil destes. Segundo o militar:

As manifestações de junho são apenas lembranças se comparadas à barbárie que ocorre hoje nas ruas. O perfil dos ativistas mudou. As pacíficas e emocionantes passeatas

cidadãos deram lugar ao radicalismo ativista, perpetrado por alguns poucos movimentos sociais intolerantes, integrantes de partidos da esquerda ressentida, grupos sem identidade própria e os anarquistas de sempre. A classe média infelizmente saiu de cena e abriu espaço para extremistas que esvaziaram os protestos, tornando-os menores e violentos... Extremistas cujos sinais de vida mais recentes datam do início dos anos 2000, em repúdio à globalização econômica e ao militarismo; depois, pelo “Fora, FMI!” e “Fora, FHC!”. Dentre eles, misturam-se representantes da extrema esquerda, de contestação anarcopunk, pretensos anarquistas e o mais recente efeito colateral da era digital, os hacktivistas. Todos empregam a violência como ferramenta de ação política, seguindo a mesma cartilha dos radicais de esquerda que, num passado recente, se aventuraram pela luta armada para tentar implantar sua doutrina. Nesta salada, ainda podemos incluir mercenários arrematados pela baixa militância e pagos para causar desestabilização e violência, desviando o foco das justas reivindicações iniciais, atraindo a atenção da mídia para as cenas de confronto e, assim, afastando as pessoas de bem e os formadores de opinião que frequentaram os movimentos originalmente ordeiros.

Claramente, Moretzsohn alude a uma fase numericamente maior das manifestações, esquecendo a motivação anterior, calcada na luta contra o aumento das passagens e o abuso da violência policial contra os manifestantes. Esquece, ainda, que baderneiros e vândalos já eram epítetos lançados contra os manifestantes convocados pelo Movimento Passe Livre no início das manifestações de São Paulo.

Alude a uma:

“primavera brasileira”, formada pela maioria absoluta de ativistas cívicos, que reivindicavam mudanças em vários

setores do governo e das instituições. Eram apartidários, organizavam-se em torno de pautas genéricas e de amplo espectro, misturadas num caldo de insatisfação generalizada, cujo ingrediente principal era a indignação contra a corrupção e a impunidade, em todos os setores da sociedade. Sua aglutinação ocorria de forma combinada, mas sem imposição vertical, pelas redes sociais, obedecendo a uma espécie de cérebro coletivo.

E propõe repressão severa a esses grupos.

Uma das medidas tomadas neste específico 7 de setembro de 2013 foi a redução de 40% no efetivo de tropas que participariam dos desfiles – considerando também Aeronáutica e Marinha – em razão de ameaças de ataques durante o evento, o que evidencia que levavam a sério a atuação da esquerda nesse momento (SOUZA, 2013).

Sobre o caráter espontâneo das manifestações, uma pretensa ausência de lideranças diz Telmo (2013):

O que não é verdade já que todos os encontros são marcados pela internet e em sua maioria pelo perfil de alguém numa rede social, e também há uma liderança quando da reunião para iniciar a manifestação, no momento que é passado as palavras de ordem e se escolhe o percurso e o objetivo. Os manifestantes se comunicam por meio do celular, acessando, as redes sociais, com outros líderes em locais próximos e até mesmo em Estados e cidades vizinhas.

Afirma-se na matéria que os manifestantes pacíficos seriam **coniventes** com os violentos. O que, para Fernandes (2013), oficial da PM de SP, justificaria a repressão contra **todos** os manifestantes para enfrentar práticas, segundo o mesmo, não republicanas, como o impedimento do direito de ir e vir, pelo bloqueio de vias públicas. De fato, na grande manifestação do milhão do Rio de Janeiro, a PM usou gases contra os manifestantes e perseguiu todos que estavam nas imediações da passeata horas após a sua dispersão.

Não se percebe, em nenhum momento, ataques às manifestações em si como direito democrático, mas a grupos ou pessoas com o objetivo exclusivo de propagar a violência e com potencial de colocar em cheque a estabilidade política do país. Isso deveria ser enquadrado como terrorismo (WOLOSZYN, 2014).

Nos posicionamentos associados aos militares, a retórica da direita se repete, ou seja, manifestações pacíficas e manifestantes violentos que devem ser criminalizados. Admitem que a esquerda iniciou as manifestações, que não eram espontâneas, pois havia lideranças da esquerda que as convocavam e organizavam, que galvanizou uma massa insatisfeita, porém ignorante, pois não objetivou a corrupção elegendo os alvos de escolha da direita e incluiu temas associados às bandeiras de esquerda, como o meio ambiente. As manifestações representavam um perigo para o Estado democrático, pois teria embutido o risco de rebelião e os manifestantes pacíficos eram coniventes, o que justificou a repressão irrestrita com o aparato dispersivo da polícia.

As respostas a junho de 2013: o endurecimento do aparato de repressão e vigilância.

Respostas governamentais às pautas de 2013 ocorreram. Em São Paulo, por exemplo, o aumento da passagem dos ônibus foi revogado assim como em várias outras cidades. O governo Dilma associa, ainda em junho de 2013, como respostas às questões demandadas nas manifestações as seguintes propostas (O GLOBO, 2013):

- a) Ampliação da desoneração de impostos para o óleo diesel, que abastece os ônibus, e para a energia elétrica usada nos trens. E o investimento de R\$ 50 bilhões para obras de mobilidade urbana, como metrô e corredores de ônibus.
- b) A realização de um plebiscito sobre a convocação de uma assembleia constituinte para tratar da reforma política. Transformação do crime de corrupção em crime hediondo, que tem penas mais severas.

c) Contratação de médicos estrangeiros, como medida emergencial para áreas mais remotas e ampliação das vagas nas universidades e nos hospitais para médicos residentes.

d) Destinação de 100% dos royalties do petróleo e de 50% dos recursos do pré-sal para a educação.

e) Compromisso com o controle da inflação e dos gastos públicos.

No concreto, o Congresso aprova lei que destina 75% dos royalties do petróleo e 50% do Fundo Social do Pré-Sal para educação em setembro de 2013 (Ministério Público do Paraná, 2013) e cria o Programa Mais Médicos. Em 2014, anunciou a existência de R\$ 143 bilhões para ser aplicado em mobilidade urbana, em parceria com estados e municípios com prioridade para metrô (CZERWONKA, 2014). A reforma política não foi adiante e as medidas tomadas, especialmente em 2015, para o controle da inflação e gastos públicos colocou mais claramente seu governo no campo das medidas neoliberais puras na economia. Essa incapacidade de superar os limites da composição com as classes dominantes que lhes assegura o poder seria exatamente a resposta que permitiria atender aos anseios antisistêmicos expostos em 2013. É difícil associar, entretanto, o fim das jornadas, com a satisfação popular sobre algumas dessas medidas, com exceção do MPL, que se retirou das manifestações de São Paulo após a reversão do aumento dos ônibus.

Dilma, além das medidas de cooptação, não se descuidou, por outro lado, do aperfeiçoamento do aparelho repressivo do Estado para conter as manifestações. Em 2013 teria recorrido aos militares para a defesa da Esplanada dos Ministérios (Folha de SP, 2017). Em 19 de dezembro de 2013, o então ministro da Defesa, Celso Amorim, assinou a portaria 3.461, que regulamentou o dispositivo de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), que trata do emprego das Forças Armadas em situações de manutenção da segurança pública.

De fato, desde 1999, após a promulgação da Lei Complementar 97 sobre o dispositivo de garantia da Lei e da Ordem, os militares só teriam sido

convocados para atuar em manifestações quando do leilão do Campo de petróleo de Libra em outubro de 2013:

Marcado por protesto e violência desde o fim da manhã. Pelo menos cinco pessoas ficaram feridas com tiros de bala de borracha, após confronto de ativistas, muitos deles mascarados, com tropas federais. (O GLOBO b, 2013)

Desde então, a GLO, nesse contexto de manifestações, foi evocada em operações no Rio de Janeiro (Copa do Mundo, 2014; Olimpíadas, 2016).

Em julho de 2014, o Ministro da Defesa, Celso Amorim, visita com o comandante do Exército, Enzo Peri (E), o Centro de Guerra Cibernética.

Por ordem do Alto Comando, o Centro de Informações do Exército (CIE) vai se reestruturar por completo. Já começou a reforçar as áreas de inteligência e de contrainteligência e, o mais relevante, volta a ter papel a área de operações. **O alvo prioritário do novo CIE são os monitoramentos de movimentos sociais em ebulição nas ruas.** (FAN, 2014)

A readequação era planejada há anos e surge na esteira da convulsão de atuações de black-blocs, sem-teto e sem-terra com atividades similares a guerrilhas urbanas e rurais, diante de provas de ligações destes grupos com organizações criminosas das grandes capitais. (MAZZINI, 2014)

Entretanto, mais importante do que essas medidas, foi a constatação que uma luz tenha se acendido nos círculos militares acerca de um potencial estado de rebelião no país, com organizações de extrema esquerda dispostas e organizadas, multidões “ignorantes” e uma direita pouco organizada para liderar a insatisfação difusa com a institucionalidade e as políticas públicas.

Lentz (2017) aponta que, desde 2013, houve pequenas manifestações de setores de direita preocupadas com pretensas ameaças a ordem pedindo

intervenção militar taxadas, então, de tresloucadas. Também Galeni (2021) entende que:

Desde as manifestações de 2013, a narrativa anticomunista do período da Guerra Fria, tão cara ao regime, voltou à moda, despertando o apreço pela farda, pois a eles associou-se o ato heroico de barrarem um suposto golpe comunista em 1964. Foi nessa onda anticomunista e de exaltação das Forças Armadas que o clã Bolsonaro surfou.

Além disso, duas leis impulsionadas pelo governo Dilma podem ser consideradas consequência direta da repressão às manifestações de 2013: a lei das Organizações Criminosas, essa ainda em 2013 (Lei nº. 12.850/2013), e a lei Antiterrorismo (Lei n.º 13.260, de 16 de março de 2016).

O aparelho coercitivo do Estado durante as manifestações foi bastante diferente do que ocorreu em manifestações de massas anteriores e do que viria a ocorrer nas manifestações de conteúdo claramente de direita após 2015. De acordo com um relatório minucioso sobre as violações praticadas pelo Estado ao direito de opinião e manifestações temos:

1. Falta de identificação dos policiais;
2. Detenções arbitrárias, como detenção para averiguação, prática extinta desde o fim da ditadura militar;
3. Criminalização da liberdade de expressão por meio do enquadramento de manifestantes em tipificações penais inadequadas às ações do “infrator”;
4. Censura prévia, por meio da proibição, legal ou não, de manifestantes usarem máscaras ou levarem vinagre para o protesto;
5. Uso de armas letais e abuso das armas menos letais;
6. Esquema de vigilantismo nas redes sociais montada pelas polícias locais, pela Abin e também pelo Exército; assim como as gravações realizadas pelos policiais durante os protestos;

7. Desproporcionalidade do efetivo disposto para o policiamento do protesto com o número de manifestantes;
8. Policiais infiltrados nas manifestações que, por vezes, causavam e incentivavam tumulto e violência;
9. Maior preocupação policial com a defesa do patrimônio do que com a segurança e integridade física dos manifestantes;
10. Ameaças e até mesmo sequestros foram relatados.⁷

Das pessoas que foram detidas nos protestos de 2013, ainda de acordo com o relatório da organização, Artigo 19, temos como exemplos marcantes: Rio de Janeiro, outubro de 2013, 64 pessoas presas portando máscaras, respiradores, leite de magnésio ou roupas pretas; Rafael Braga Vieira, morador de rua, portando desinfetante: De acordo com o levantamento da ARTIGO 19, pelo menos 2.608 pessoas foram detidas nos protestos em 2013.⁸

Os processos e condenações verificados se voltaram apenas a organizações e ativistas com propostas de esquerda. No Rio de Janeiro, 23 participantes de protestos em 2013 e 2014 foram condenados, como penas de 5 a 7 anos de prisão (CRUZ, 2018) pelo suposto crime de organização criminosa (formação de quadrilha). Os manifestantes participavam da Frente Independente Popular, formada no contexto dos protestos de 2013 e da qual participavam organizações populares de conteúdo democrático-popular e/ou socialista. Esse processo ainda se encontra em fase de recursos. Em Porto Alegre, sete ativistas foram processados sob a acusação de delitos de associação criminosa, dano e furto qualificado, explosão e lesão corporal. Organizações ditas anarquistas fizeram campanha pela absolvição do grupo (INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS, 2015).

⁷ Artigo 19, Protestos no Brasil 2013, p. 26 27. Disponível em: <https://artigo19.org/2014/06/23/relatorio-protestos-no-brasil-2013/>. Acesso em: 4 jun. 2023.

⁸ *Ibid*, p. 117

Considerações finais

Aqui retornamos as questões iniciais do trabalho. A direita e extrema-direita impulsionou as revoltas de 2013/2014? Liderou as amplas massas que foram aos protestos em junho? As manifestações de 2013 foram um movimento de direita?

Ou, ao contrário, a direita e a extrema-direita vislumbraram 2013 como oportunidade de liderar campanha antisistêmica, organizada por movimentos que surgiram após 2013 como o Movimento Brasil Livre ou que já existiam, porém com pouca visibilidade como organizações influenciadas por Olavo de Carvalho e outros ideólogos?

Não há nenhuma organização ou figura política do campo da nova direita, mais ou menos liberal, ou mais ou menos antisistêmica com apelo à derrubada violenta da ordem demoliberal (extrema-direita) que tenha reivindicado 2013 como fruto de seus esforços ou reivindique suas pautas. Ao contrário.

A extrema-direita viu essencialmente um movimento orientado por distintas vertentes do comunismo e que deu a oportunidade ao comunismo moderado no poder aumentar seu aparelho de repressão ou vigilância sobre seus inimigos. A direita liberal, que via claramente o perigo da perda do controle dos protestos a partir do potencial de rebelião da juventude, principalmente a oriunda das periferias, armou uma campanha contra a violência, criminalizando os atos, procurando separar os manifestantes pacíficos dos não pacíficos. Promoveu a pauta anticorrupção, que depois seria seletivamente aplicada contra o campo lulopetista até que este foi conveniente para expelir Bolsonaro do poder. Para os militares, nas suas posições públicas, essa diferenciação entre massas pacíficas e violentas também existia. A esquerda, para eles, teria tido a capacidade de mobilizar as massas indignadas; 2013 não era um movimento espontâneo, havia formas organizativas dos protestos, mas sua liderança sobre as multidões não estava assegurada. Porém existia esse perigo. As massas pacíficas eram ignorantes, pois suas manifestações contra a

corrupção eram sistêmicas e dirigidas contra políticos tanto pertencentes a direita quanto aliados do PT, como Sergio Cabral, no RJ, e estavam equivocadas na sua defesa de pautas do meio ambiente. Também eram coniventes com os manifestantes violentos, e isso justificava a repressão sobre todos, na tentativa de dispersar a multidão e criar condições de afastamento das pessoas mais vulneráveis. Para a direita, haveria que delimitar melhor os alvos corruptos que depois seriam dirigidos aos governos petistas que não mais serviram como apaziguadores das insatisfações populares pelo lado da direita ou eram associados ao comunismo, pela extrema-direita. As jornadas de 2013 tinham demandas que significariam a ampliação e melhoria dos serviços do Estado, todo o contrário do projeto da direita liberal, apoiadora da redução dos gastos públicos, do rentismo e das privatizações, bandeiras as quais a extrema-direita também compartilhava. Bancos, polícia e grandes empresas multinacionais, alvos dos protestos de junho de 2013, não são objetivos da extrema-direita, como se viu posteriormente nas manifestações da direita após 2015: o conagraçamento com as forças armadas, inclusive as policias, as denúncias de corrupção seletivas e alvos políticos também seletivos, como o Supremo Tribunal Federal, não por representarem a morosidade da Justiça e seu difícil acesso às classes populares, mas por disputas de quem teria a hegemonia da manutenção da Ordem.

Todos os Poderes, inclusive as Forças Armadas, aumentaram seu aparato de repressão e vigilância sobre os movimentos sociais, leis mais duras foram promulgadas, projetos propostos que criminalizavam máscaras e corte de estradas e houve um aumento da presença militar em situações de conflitos sociais como as operações de GLO. Esse aparato repressivo não foi dirigido a uma ameaça de direita, pretensamente encarnada nas revoltas de 2013, mas contra a esquerda, na forma de processos e condenações.

É preocupante que amplos setores acadêmicos não consideram os aspectos fáticos de 2013 e, de forma precipitada e pouco embasada empiricamente, classifiquem 2013 como movimento de direita ou extrema-direita, numa

linearidade com o impeachment de Dilma Roussef e a eleição de Bolsonaro. Tal interpretação não considera a estreiteza das políticas do campo lulopetista para lidar com o sentimento de mudanças na política brasileira e nas condições materiais de vida exigido em 2013. Tudo se mantendo como antes e até aprofundado no pós-2013 nas práticas de orçamento secreto, de barganhas, num Parlamento casa de defesa de interesses corporativos empresariais, do teto de gastos transmutado em arcabouço fiscal, é autorizado concluir que arregimentando medos, manifestações populares justifiquem apenas o aprofundamento do aparato repressivo e de inteligência, indo de encontro aos direitos democráticos de manifestação. Ao pretensamente combater fascismo, entregue cada vez mais poder a verdadeiros fascistas sabidamente entronados nas forças de segurança.

Referências

- ALMEIDA, M. R. 2013. “Cruzada anti idiotas”. *Folha de S.Paulo*, 8 ago. 2013.
Disponível em:
<https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrissima/127934-cruzada-anti-idiotas.shtml>. Acesso em: 21 maio 2023.
- ANTUNES, R.; BRAGA, R. 2014. “Os dias que abalaram o Brasil: as rebeliões de junho, julho de 2013”. *R. Pol. Públ.*, São Luís, n. especial, p. 41-47, jul.
- ANDREAZZI, M. F. S. 2014. “Movimentos sociais, mobilizações de junho de 2013 e a saúde no Brasil”. In: BRAVO, M. I. S.; MENEZES, J. S. B. (Org.). *A Saúde nos governos do Partido dos Trabalhadores e as lutas sociais contra a privatização*. 1. ed. Rio de Janeiro: UERJ - Rede Sirius. p. 69-74.
- ANTUNES, A. 2018. “Cinco anos das Jornadas de Junho: um legado em disputa”. EPSJV/Fiocruz, 15 jun. Disponível em:
<https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/cinco-anos-das-jornadas-de-junho-um-legado-em-disputa>. Acesso em: 21 maio 2023.
- ANTUNES, R. 2013. “As Rebeliões de junho de 2013”. *Observatorio Social de America Latina* n. 14 (34), nov., p. 37-50.
- AZEVEDO, Reinaldo. 2013. “Enquanto Dilma exaltava as ‘manifestações’ no Programa do Ratinho, o pau comia no Rio e em São Paulo. Estava escrito na estrela. *Veja*, 08 out. Disponível em:
<https://veja.abril.com.br/coluna/reinaldo/enquanto-dilma-exaltava-as-manifestacoes-no-programa-do-ratinho-o-pau-comia-no-rio-e-em-sao-paulo-estava-escrito-na-estrela>. Acesso em: 24 maio 2023.

- AZEVEDO, R. 2020. “Defendi LSN para a extrema esquerda em 2013 e agora para a extrema direita”. *UOL*, 21 abr. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/reinaldo-azevedo/2020/04/21/defendi-lsn-para-extrema-esquerda-em-2013-e-defendo-hoje-para-bolsonaristas.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 01 jun. 2023.
- BORGES, T. G. F. 2015. Entre o espetáculo e o debate público: Enquadramentos sobre as manifestações de junho de 2013 no Jornal Nacional e no Reporter Brasil. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre.
- CRUZ, M. T. 2018. “Justiça do RJ condena à prisão 23 participantes de protestos em 2013 e 2014”. *Ponte*, 17 jul. 2018. Disponível em: <https://ponte.org/justica-do-rj-condena-a-prisao-23-pessoas-que-participaram-de-protestos-em-2013-e-2014/>. Acesso em: 04 jun. 2023.
- CZERWONKA, M. 2014. “Governo investe R\$ 143 bilhões em mobilidade urbana”. *Portal do Trânsito e Mobilidade*, 10 fev. 2014. Disponível em: <https://www.portaldotransito.com.br/noticias/mobilidade-e-tecnologia/mobilidade-urbana/governo-investe-r-143-bilhoes-em-mobilidade-urbana-2/>. Acesso em: 03 jun. 2023.
- DALIMONTE, R. 1998. “Espaço Político”. In: BOBBIO, N. et al. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora da UNB. p. 392-404.
- DOMINGOS, R. 2013. “Protestos foram surpresa para esquerda e direita, diz Lula”. *GI*. 02 ago. 2013. Disponível em: <https://gi.globo.com/politica/noticia/2013/08/protestos-foram-surpresa-para-esquerda-e-direita-diz-lula.html> Globo.com. Acesso em: 30 maio 2023.

- GOHN, M. G. M. 2016. “Manifestações de protestos nas ruas no Brasil a partir de junho de 2013: novíssimos sujeitos em cena”. *Rev. Dialogo Educ.*, v. 16, n. 47, p. 125-146, 2016.
- FAN, R. 2014. “Celso Amorim, Ministro da Defesa, visita CDCiber e CC²Fter”. *Defesanet*, 11 jul. 2014. Disponível em:
<https://www.defesanet.com.br/cyberwar/noticia/15962/celso-amorim-ministro-da-defesa-visita-cdciber-e-cc%C2%B2fter/>. Acesso em: 02 jun. 2023.
- FERNANDES, E. O. 2013. “Novas Manifestações Democráticas e Antigas Dificuldades Republicanas”. *Editor*, 03 jul. 2013. Disponível em:
<https://www.defesanet.com.br/riots/noticia/11360/novas-manifestacoes-democraticas-e-antigas-dificuldades-republicanas/>. Acesso em: 02 jun. 2023.
- FOLHA DE S.PAULO. 2013. “Dilma também acionou militares contraprotostos, em 2013”. *Folha de S.Paulo*, 24 maio 2017. Disponível em:
<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/05/1887182-dilma-tambem-acionou-militares-contra-protestos-em-2013.shtml>. Acesso em: 21 maio 2023.
- FREGAPANI, G. 2013. “A Evolução das Manifestações – a previsão impossível”. *Editor*, 22 jun. 2013. Disponível em:
<https://www.defesanet.com.br/pensamento/noticia/11263/comentario-gelio-fregapani-a-evolucao-das-manifestacoes-a-previsao-impossivel/>. Acesso em: 28 maio 2023.
- GALENI, L. A. 2021. “Os tutores da nação: a trajetória histórica dos militares no Brasil”. *Le Monde Diplomatique*, 20 jan. 2021. Disponível em:
<https://diplomatique.org.br/os-tutores-da-nacao/>. Acesso em: 23 maio 2023.

- GRAMSCI, A. 2019. “O fascismo e a sua política (Escritos Políticos)”. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, Salvador, v. 11, n. 2, p. 253-256, abr.
- HADDAD, F. 2017. “Vivi na pele o que aprendi nos livros. Um encontro com o patrimonialismo brasileiro”. *Revista Piauí*, ed. 129, jun. 2017. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/vivi-na-pele-o-que-aprendi-nos-livros/>. Acesso em: 30 maio 2023.
- INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. 2015. “Militante anarquista é primeiro condenado das Jornadas de Junho em Porto Alegre”, 12 fev. 2015. Disponível em: <https://ihu.unisinos.br/noticias/539818-militante-anarquista-e-primeiro-condenado-das-jornadas-de-junho-em-porto-alegre>. Acesso em: 04 jun. 2023.
- LENTZ, R. 2017. “A intervenção militar e os democráticos tateantes”. *Brasil de Fato*. São Paulo, 04 out. 2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/10/04/artigo-or-a-intervencao-militar-e-os-democraticos-tateantes>. Acesso em: 20 maio 2023.
- MAZZINI, L. 2014. “Exército remodela centro de inteligência para monitorar movimentos sociais”, 29 jul. 2014. Disponível em: <https://colunaesplanada.blogosfera.uol.com.br/2014/07/29/exercito-remodela-centro-de-inteligencia-para-monitorar-movimentos-sociais/?cmpid=copiaecola>. - Veja mais em <https://colunaesplanada.blogosfera.uol.com.br/2014/07/29/exercito-remodela-centro-de-inteligencia-para-monitorar-movimentos-sociais/?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 24 maio 2023.
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ. 2013. “Dilma sanciona sem vetos Lei dos Royalties do Petróleo”, 09 set. 2013. Disponível em: <https://mppr.mp.br/Noticia/LEGISLACAO-Dilma-sanciona-sem-vetos-Lei-dos-Royalties-do-Petroleo>. Acesso em: 23 maio 2023.

- O GLOBO. 2013. “Dilma anuncia cinco medidas em resposta às manifestações”, 24 jun. 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2013/06/dilma-anuncia-cinco-medidas-em-resposta-manifestacoes.html>. Acesso em: 02 jun. 2023.
- O GLOBO. 2013b. “Protesto contra leilão de Libra no Rio tem confronto com tropas e feridos”, 21 out. 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/10/protesto-contraleilao-de-libra-no-rio-tem-confronto-com-tropas-e-feridos.html>. Acesso em: 01 jun. 2023.
- ROCHA, L. 2019. “Lula acusa EUA de promover manifestações de Junho de 2013 com o objetivo de derrubar Dilma”. *Forum*, 26 dez. 2019. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/2019/12/26/lula-acusa-eua-de-promover-manifestaes-de-junho-de-2013-com-objetivo-de-derrubar-dilma-66478.html>. Acesso em: 30 maio 2023.
- ROMÃO, W. M. 2013. As Manifestações de Junho e os desafios à Participação institucional. *Boletim de Análise Político-Institucional*, n. 4. Brasília: IPEA, 2013. p. 11-18.
- SAMPAIO JR., P. A. 2012. “Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa”. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 112, p. 672-688, out./dez.
- SILVA, A. B.; BRITES, C. M.; OLIVEIRA, E. C. R.; BORRI, G. T. 2014. “A extrema-direita na atualidade”. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 119, p. 407-445, jul./set.
- SODRÉ, N. W. 1987. *O governo militar secreto*. Campinas: Livraria TecnArt.
- SOUZA, J. 2016. *A radiografia do golpe*. São Paulo: LeYa.
- SOUZA, P. 2013. “Devido a protestos, Exército e PM do Rio reduzem efetivo em desfile cívico. Forças Armadas terão efetivo 40% menor temendo ameaças de ataques”. *G1 Rio*, 06 set. 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio->

de-janeiro/noticia/2013/09/devido-protestos-exercito-e-pm-do-rio-reduzem-efetivo-em-desfile-civico.html. Acesso em: 20 maio 2023.

TELMO, T. 2013. “Manifestações públicas. Uma análise doutrinária, conjuntural e social”. *Editor*, 16 jul. 2013. Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/riots/noticia/11494/manifestacoes-publicas-uma-analise-doutrinaria-conjuntural-e-social/>. Acesso em: 23 maio 2023.

THERBORN, G. 2014. “New masses? Social Bases of Resistance”. *New Left Review* 85, jan./feb. Disponível em: <http://newleftreview.org/II/85/goran-therborn-new-masses>. Acesso em: 20 de mar. 2014.]

WOLOSZYN, A. 2013. “A infiltração de grupos anarquistas nas manifestações populares no Brasil”. 28 jun. Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/riots/noticia/11332/a-infiltracao-de-grupos-anarquistas-nas-manifestacoes-populares-no-brasil/>. Acesso em: 28 maio 2023.

WOLOSZYN, A. 2014. “Manifestações como atos de terrorismo”. *Editor*, 13 fev. Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/riots/noticia/14194/manifestacoes-como-atos-de-terrorismo>. Acesso em: 24 maio 2023.

ZIBECHI, R. 2013. “Debajo y detrás de las grandes movilizaciones”. *Observatorio Social de America Latina*, n. 14 (34), nov. p. 15-36.